



Jornal do

FEDERAL

Impresso

Informativo do Conselho Federal de Psicologia

Ano XII N°47 Maio de 1997

18 DE MAIO: DEZ ANOS DE LUTA ANTIMANICOMIAL

Intervindo na Cultura e Construindo a Cidadania

O hospital psiquiátrico tem sido condenado do ponto de vista ético, técnico e político, negando o direito de cidadania às pessoas com sofrimento psíquico. Um dos principais objetivos da luta antimanicomial é ampliar os limites da tolerância social para com a loucura, respeitando a marca da diferença. Mas esta luta não é isolada. Ela integra toda uma busca social na construção de um acesso integral à saúde.

4 O porte de arma e a aptidão psicológica

5 Nosotros: um projeto de América Latina

6 Você é romântico ou clássico ?

7 Sem Terra e a marcha pela cidadania



A violenta desvalorização da vida - 8

Opinião

**"Um sonho que sonha só
É só um sonho que se sonha só.
Um sonho que se sonha junto
é realidade"**

(Raul Seixas)

Cuidar da profissão: foi este o compromisso que assumimos com os psicólogos e foi esta tarefa que a categoria definiu nas urnas, para o Conselho Federal de Psicologia. É esta, também, a meta que guia a construção dos projetos e a escolha de encaminhamentos de nossa gestão.

Cuidar da profissão significa, para nós, contribuir para a construção de um Conselho Federal que se torne referência importante no processo de desenvolvimento da Psicologia.

"Um mais um é sempre mais do que dois"

Significa que este papel de referência seja norteador por uma perspectiva crítica em relação às organizações sociais, que vise o fortalecimento da cidadania de todos os brasileiros.



Cuidar da profissão exige participação nos fóruns e espaços de luta da sociedade civil, posicionamento do CFP frente às questões sociais, crítico na relação com outras profissões, buscando resolver, de forma construtiva para a sociedade, as questões polêmicas que se colocam na interface com outras profissões.

Cuidar da profissão significa enfrentar e impulsionar o debate de questões profissionais já apontadas pelos Congressos Nacionais de Psicologia, como a das Práticas Alternativas, da Ética Profissional e da Formação dos Psicólogos, além da busca da qualificação do instrumental técnico profissional.

Cuidar da profissão significa impulsionar o uso da informática no campo profissional, avançar no redimensionamento Jurídico do CFP e preparar o III Congresso Nacional e as Eleições de 98. Associar fortemente a imagem do CFP à defesa dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Integração da América Latina; estimular a produção de conhecimento em psicologia e contribuir para melhoria da qualidade da formação profissional.

Cuidar da profissão é ainda fazer tudo isso através de métodos democráticos que impliquem na abertura do diálogo com as entidades existentes no âmbito da psicologia brasileira, com a categoria, com outros profissionais e com a sociedade civil.

Cuidar da profissão é, acima de tudo, reunir pessoas, aglutinar forças que visem o desenvolvimento e o fortalecimento de nossa ciência e nossa profissão.

Por isso, convidamos você, profissional da psicologia, para conosco cuidar da profissão, dando suas sugestões, apontando suas críticas e participando das atividades promovidas pelo Conselho Regional de seu estado, pelo Conselho Federal de Psicologia e por movimentos sociais comprometidos com a transformação da sociedade brasileira.

Cartas

Está no momento de nossa entidade se manifestar perante nossas autoridades e perante nosso povo. Refiro-me ao episódio revoltante do comportamento da P.M. de Diadema (SP).

Sabemos que é decisivo um recrutamento seletivo eficiente para afastar a admissão de personalidades contra-indicadas para o cargo de policial.

Corremos o risco de termos em nossos quadros policiais marginais e psicopatas investidos de autoridades, fazendo valer a força da farda.

Peço, veementemente, que nossa entidade não seja omissa nesse momento crucial. É nosso dever, como psicólogos, nos colocarmos como entidade. Pois temos a consciência da necessidade do serviço correto de seleção do pessoal. Pelo que se ouve, isso não é realizado.

Ruy José de Oliveira Camargo
Psicólogo
São José do Rio Preto (SP)

Informamos ao colega que estamos plenamente de acordo com sua posição, tanto que esta gestão tem buscado se posicionar publicamente nas questões sociais e políticas deste país através da grande mídia, além de encaminharmos telegramas e notas de repúdio às autoridades.

PSICOLOGIA E INFORMÁTICA

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), citado em reportagem a respeito das terapias via Internet (Folha de São Paulo de 16/03/97), que causou muita polêmica, declara que há uma resolução deste conselho que veda ao psicólogo o atendimento psicológico por via telefônica, o que pode ser compreendido como proibição ao atendimento via Internet.

Estamos constituindo um projeto que visa estudar o conjunto das relações estabelecidas entre informática e psicologia. Nesse projeto incluem-se a proposta de um site de psicologia, de responsabilidade do CFP, a facilitação do acesso dos profissionais aos equipamentos e a realização de seminário internacional para discutir os impactos da informática sobre a subjetividade e o processo de trabalho do psicólogo, sempre na perspectiva da avaliação e do controle ético.

Ana Maria Bahia Bock
Conselheira-presidente do CFP.

Escreva para esta coluna, através do endereço:
SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024 A Brasília DF
CEP 70719 900 E-mail: federal@bmet.com.br

Presidente
Ana M. B. Bock
Vice Presidente
Francisco J. M. Viana
Secretário
Marcos V. de Oliveira Silva
Tesoureiro
José C. Tourinho e Silva

Expediente

Conselho Editorial
Xª Plenária
Coordenador Editorial
Álvaro L. Aguiar
Jornalista Responsável
Eduardo Wendausen Ramos
Projeto Gráfico e
editoração eletrônica
Sandra Cardoso Lopes

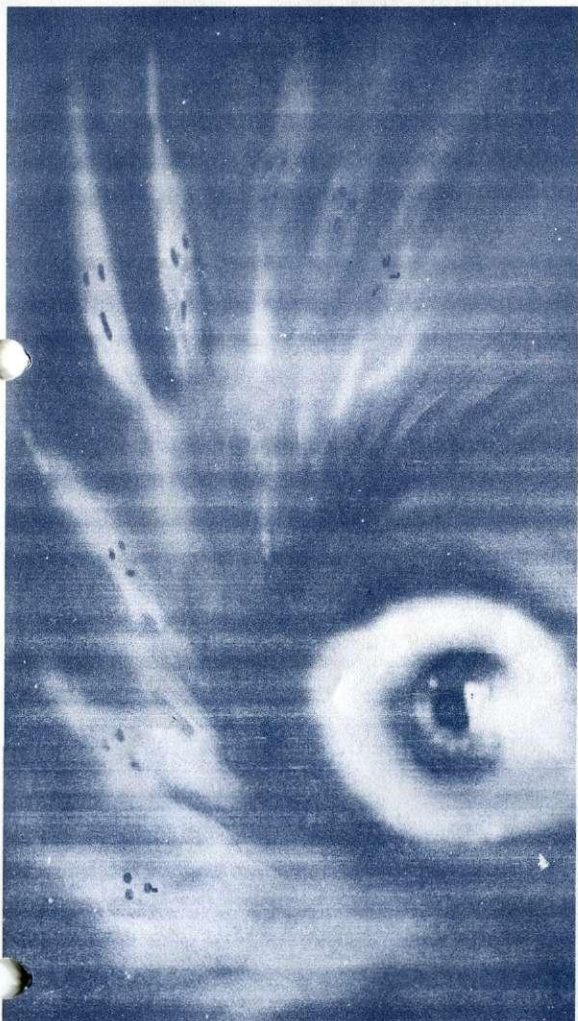
Órgão Informativo do
Conselho Federal de
Psicologia.
Distribuição gratuita

SRTVN Edifício Brasília
Rádio Center s/4024
CEP 70719 900
Fone: (061) 223 1947
Fax: (061) 223 1727
E-mail: federal@bmet.com.br

Tendências e Debates

O fim dos manicômios

Dez anos de luta pela cidadania



18 de maio é o dia nacional da luta antimanicomial

A defesa, construção e garantia dos direitos dos cidadãos é a principal tarefa da sociedade e dos poderes constituídos.

A Constituição Federal de 1988 define saúde mental como "direito do cidadão, e dever do Estado".

Na implantação do SUS, a saúde mental deveria receber especial atenção, pois as pessoas com sofrimento psíquico são excluídas dos direitos de cidadania.

O hospital psiquiátrico tem sido condenado do ponto de vista ético, técnico e político. Há dez anos, o Brasil vem avançando na luta pelo fim dos manicômios, com experiências inovadoras, culminando com o projeto de lei do Deputado Paulo Delgado (PT-MG), atualmente parado na comissão de assuntos sociais do Senado, após ter

Um dos principais objetivos desta luta é ampliar os limites da tolerância social para com a loucura. Com certeza, o manicômio contribuiu para a manutenção do entendimento que a sociedade tem dos doentes mentais, impossibilitados do convívio entre os "normais". Trata-se de uma síntese de proposta do século XVIII, na Revolução Francesa, onde o Iluminismo baseia-se na razão, enquanto que a loucura seria a desrazão. Duzentos anos depois, com a evolução da sociedade, é preciso recolocar a relação da sociedade com os considerados loucos.

Algumas conquistas podem ser apontadas, como a proibição do aumento de leitos em hospitais psiquiátricos e as legislações em cerca de dezoito estados no sentido de acabar com os manicômios.

O Ministério da Saúde está classificando os hospitais psiquiátricos em 1, 2, 3 ou 4, conforme as condições de atendimento dos pacientes. Para estar classificado como "4", é preciso ter acabado com os isolamentos. Os valores passados pelo SUS aos hospitais, depende da classificação.

Não é o ideal, mas enquanto se espera pela aprovação do projeto de extinção dos manicômios esta regulamentação melhora um pouco as condições de tratamento em alguns hospitais.

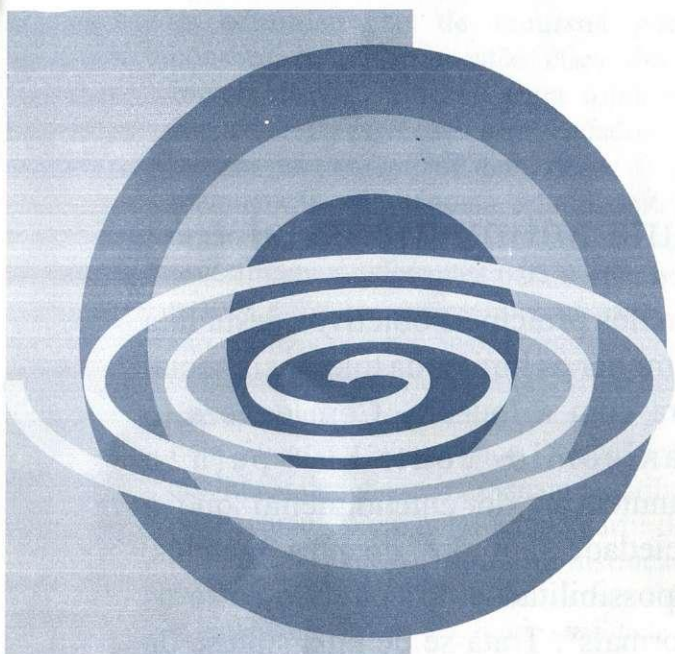
Um dos principais objetivos desta luta é ampliar os limites da tolerância social para com a loucura.

sido aprovado na Câmara dos Deputados. O Senador Roberto Freire (PPS/PE), apresentou requerimento para a presidência do Senado a fim de que o projeto fosse votado sem o parecer da Comissão, mas o presidente Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) negou o pedido.

Políticas Públicas

Porte de arma

Uma questão de aptidão psicológica



No dia 19 de fevereiro deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou o texto final do projeto de lei nº 7.865/86, que institui o Sistema Nacional de Armas (SINARM). O objetivo é estabelecer os pré-requisitos para o registro e porte de armas de fogo, além de estipular os tipos de crime e suas penalidades. A lei depende de regulamentação do Presidente da República, que determinou a formação de uma comissão para elaborá-la. Os principais pontos a serem definidos são o termo de validade do porte e o significado de aptidão psicológica, para determinar de quem é a competência profissional na elaboração e aplicação do exame psicotécnico.

A questão central é que a definição e o diagnóstico a respeito desta aptidão devam ser efetuados por psicólogos.

Segundo o psicólogo da Polícia Federal, Luciano Raguzzoni, a comissão incumbida de fazer o texto de regulamentação, a ser apreciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tende a aceitar as sugestões apresentadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que tem participado de forma muito atuante dessa discussão. Principalmente em relação ao exame psicotécnico, que deve ficar sob a responsabilidade dos profissionais de psicologia. A competência administrativa do SINARM fica por conta da Polícia federal, responsável pela emissão e renovação dos portes de arma.

Além das boas condições psicológicas, a obtenção do porte depende de boa saúde financeira, pois sua expedição vai custar R\$ 650,00. O mesmo valor será pago na renovação ou confecção de segunda via. As armas pertencentes aos que detêm poder econômico não devem ter dificuldades para a regularização. Mesmo porque a lei prevê que as armas já em posse de qualquer pessoa, podem ser cadastradas no SINARM sem

documentação de compra, dispensando a apresentação de notas fiscais e comprovantes de procedência. Para este procedimento, os proprietários de arma têm o prazo de seis meses, prorrogável por igual período, a critério do poder executivo. Agora, é aguardar que Fernando Henrique Cardoso não quebre a expectativa dos psicólogos de realmente responsabilizar-se pela elaboração e aplicação dos testes de aptidão psicológica.

O SUS ESTÁ FALIDO?

Já há muito tempo a saúde não é mais considerada um estado biológico mas uma produção social, uma conquista da população decorrente da sua forma de organização da inserção no mercado de trabalho, da posse da terra, do acesso à educação, alimentação, lazer... Esta percepção do processo saúde-doença insere o trabalhador da saúde numa luta mais ampla pelo resgate da cidadania, junto com outros trabalhadores e a população em geral.

No campo setorial o movimento pela Reforma Sanitária conseguiu definir na Constituição de 1988 uma estratégia de reconstrução do setor saúde; o Sistema Único de Saúde - SUS.

Temos assistido, nos últimos dez anos, uma sistemática campanha de desmoralização dessa proposta com a produção de uma falsa verdade que molda cotidianamente as notícias na imprensa escrita e na televisão: a afirmação de que o SUS está falido. Todo o caos provocado pelo descompromisso com o público é jogado na conta de um Sistema que ainda não foi implantado de fato no Brasil. Esta percepção passa a ocupar o imaginário da população que vai se tornando receptiva à proposta de "revisão" do Sistema Único de Saúde.

O governo federal, na contramão da sua responsabilidade social, vem ameaçando com mudanças que levam à privatização do acesso e tem paralizado o processo de aprofundamento de municipalização com o congelamento da Norma Operacional Básica - NOB'96, que regulamenta a relação entre os gestores e permite avanços na forma de financiamento do SUS. A implantação do PAS em São Paulo agrava a situação de exclusão de uma grande parcela da população aos serviços de saúde mas, pela forma enganosa como vem sendo divulgado, gera um movimento de adesão de vários municípios por todo o Brasil.

É preciso reagir com firmeza a esta orquestrada ofensiva, mostrando que o SUS não está falido mas pelo contrário, quando implantado de fato por governos comprometidos tem impactado, positivamente os indicadores de qualidade de vida e saúde da população (a diminuição da mortalidade infantil no município de Diadema de 82,93 em 1980 para 20,6 em 1994; a reordenação-humanização do atendimento em saúde mental em Santos, são apenas alguns exemplos). É preciso dizer ainda que ele é o grande financiador da assistência de alta complexividade no Brasil, facilmente negligenciada pelos grupos privados de assistência à saúde.

É preciso exigir que o poder público assuma sua responsabilidade de **IMPLANTAÇÃO EFETIVA E IMEDIATA DO SUS!** É necessário que ocupemos os espaços de controle social e façamos valer nossa condição de cidadão. E isto só será possível se esta não for uma luta setorial mas se inserir no movimento mais amplo dos trabalhadores.

Lumêna Almeida Castro Furtado
Psicóloga - mestre em Saúde Pública

O mercosul é uma prioridade para o CFP

A América Latina constitui-se em um continente complexo onde existem inúmeras culturas, com diferentes origens, dentro de um processo histórico semelhante. No momento histórico atual, o conflito originado na economia colonial, surge agora no processo de globalização, de forma mais ampla e aguda, através da implantação do neoliberalismo, que impõe novamente economias uniformes a nossos países, através do comércio internacional e suas instituições, como o FMI, Banco Mundial, etc.

No entanto, este momento histórico traz suas contradicções. No mundo globalizado, os países estão se unindo em blocos regionais. Se por um lado esta integração é feita majoritariamente por empresas multinacionais de grande porte, por outro, sabemos que a circulação de capital e produtos entre fronteiras, necessariamente, traz consigo pessoas, idéias e conhecimentos. Se de um lado se aperta o anel do controle econômico, por outro, se abre a possibilidade de união, intercâmbio e mudança sobre este mesmo anel.

No que diz respeito à psicologia, o conflito norte-sul se expressa na ciência através da desvalorização e desconhecimento do que se realiza na América Latina, além da importação pouco criteriosa de teorias e técnicas que servem muito mais às classes médias e altas, integradas no circuito internacional de consumo, do que à maioria de nossa população.

Contudo, o trabalhador de saúde mental, na América Latina, tem uma enorme criatividade e capacidade de resistência. Em sua maioria, trabalham fora deste circuito internacional de consumo. As condições de trabalho na miséria e nas situações sociais limites, na precariedade institucional, na ausência de políticas sociais sérias e de apoio governamental, faz com que este trabalhador lute e crie em situações muito mais complexas daquelas do Hemisfério Norte. Nestas condições, produz-se conhecimento transformador na psicologia, nos mais diferentes países do nosso continente, mas é bem pouco

conhecido e, por vezes, sequer sistematizado, em função da precariedade do campo social de trabalho.

A nova gestão do Conselho Federal de Psicologia, sabendo da importância do tema América Latina, consciente da necessidade de maior integração entre os

psicólogos dos mais diversos países do continente, deve estabelecer uma política de ação que contemple um verdadeiro intercâmbio, na busca do fortalecimento da profissão, além de contribuir para a formulação de conhecimento científico que seja condizente com a atual realidade social.

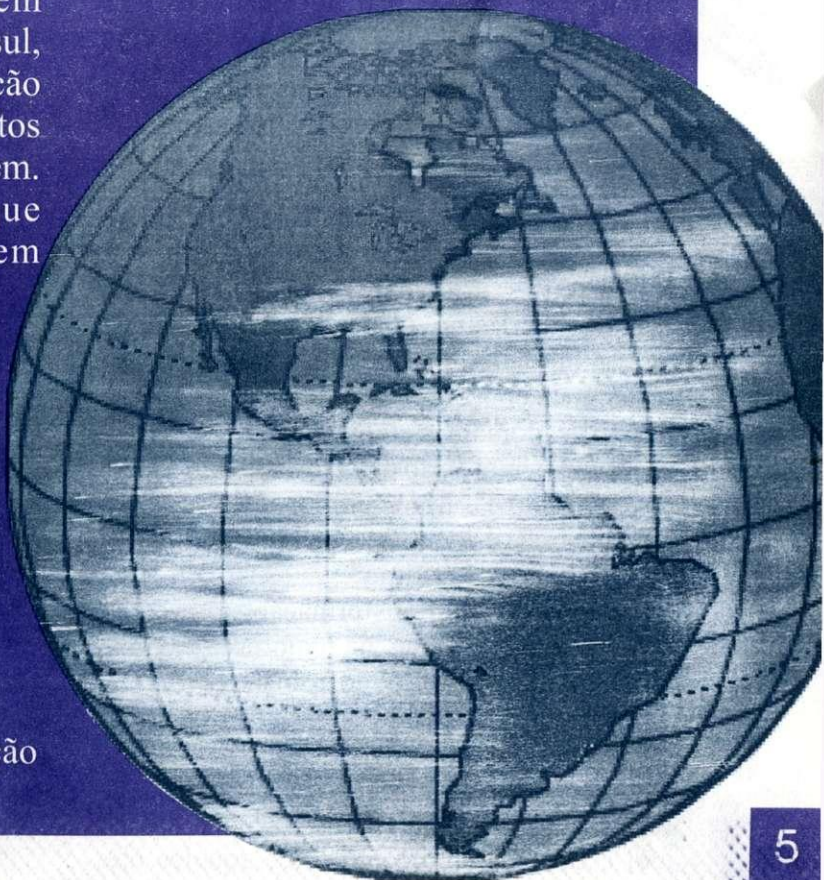
Psicólogos do mercosul assinam protocolo

Os presidentes das instituições representativas dos psicólogos dos países do Mercosul reuniram-se na capital uruguaia, Montevideo, no dia quatro de abril, para discutir os rumos da profissão. Federação dos Psicólogos da República Argentina, Conselho Federal de Psicologia do Brasil, Colégio de Psicólogos do Chile, Sociedade Paraguaia de Psicologia e Coordenadoria de Psicólogos do Uruguai assinaram o Protocolo de Acordo acerca do exercício profissional.

O documento prevê a permanência de um psicólogo trabalhando em qualquer país membro do Mercosul, devendo ser respeitada a habilitação acadêmica, cumpridos os requisitos universitários do seu país de origem. Cada uma das entidades que assinaram este acordo devem estabelecer

os procedimentos administrativos para permitir a atuação de um profissional nestas condições. Outro compromisso firmado foi o de trocar informações sobre eventuais alterações normativas que afetem o exercício profissional em cada um dos países, além de responder, prontamente, a qualquer solicitação feita por uma das entidades.

No sentido de facilitar a comunicação, a entidade brasileira (CFP) sugeriu a inclusão de uma página chamada "Nosotros" no jornal de cada instituição presente. A proposta foi aceita por unanimidade, selando o acordo com a certeza de que as informações devem circular entre os psicólogos do Mercosul, melhorando sua integração e repercutindo internacionalmente a política implementada pelos órgãos representativos de cada país. Com a responsabilidade de idealizador, o CFP lança esta página para ficar.



Nós e a informática

Psicologia x Tecnologia

Como definir-se na relação com a tecnologia...



Na sua relação com as tecnologias, você se definiria como um "clássico" ou como um "romântico"? Na visão do professor universitário, personagem do livro "Zen e a Arte da Manutenção das Motocicletas"* estas seriam as duas posições básicas assumidas pelas pessoas na sua apreciação do mundo. Reconstruindo a história do seu enlouquecimento, através do seu duplo, Fedro, numa viagem de motocicleta, vai explorando simpaticamente as características destes tipos dicotômicos. Duas atitudes diferenciadas na compreensão da realidade. Enquanto para os clássicos o mundo aparece acima de tudo como a própria forma que lhe subjaz, para os românticos, este seria percebido, em termos das suas aparências imediatas. Inspirados, imaginativos, criativos, intuitivos e femininos, os românticos seriam opositores do modo clássico de ser dos primeiros, no qual prevalece a razão, a objetividade, o simples e o metódico. Tais atributos interferem fortemente nos diferentes graus de assimilação das novidades tecnológicas e na disponibilidade das pessoas para que se relacionem com ela. Simplificadora, mas eloqüente, tal distinção é observada num certo estilo de ser, prenhe, das tribos "psi". Marcada por um forte viés humanístico, e identificação com a "mística da dedicação ao próximo" e "desejos de autotransformação", a escolha pela Psicologia define, na maioria das vezes, alguma coisa deste modo romântico de ser. Avessos às ciências exatas, tidas como maçantes e complicadas, e às exigências de síntese e economia próprias dos modelos mais formais que caracterizam as ciências duras, não é raro encontrar entre nós aqueles que

simplesmente abominam, ignoram ou desconsolam-se diante dos frutos tecnológicos daí derivados.

Exibido, às vezes, como um troféu

"Neo-Luddita" **
(http://www.wdham.ox.ac.uk/~rhouston/think/ludd_nov95.html#news) o orgulho de não saber operar sequer com uma calculadora ou agenda eletrônica, de não dominar as linguagens e equipamentos informáticos, tende a converter-se em um problema grave para todos aqueles que profissionalmente fazem uso da informação, como condição para a prestação de serviços.

Ainda que existam divergências entre analistas dos fenômenos associados ao desenvolvimento da cyber-cultura, principalmente quanto aos impactos destas tecnologias telemáticas na vida cotidiana das pessoas comuns, na transformação dos usos e costumes na cultura, faz-se um consenso de que em relação aos processos de organização do trabalho, estes efeitos sejam radicais. Ficando mais difícil ignorar o desenvolvimento tecnológico. Primeiro, pela impossibilidade da comunicação entre os que se adaptaram às tecnologias e os que ficaram de fora. Segundo, pela questão da perda da competitividade dos processos que não incorporam tecnologias.

Tal situação coloca um grande desafio para os setores tão fortemente marcados por uma perspectiva "romântica", como se caracteriza o grupo profissional dos psicólogos. Como assimilar esses desenvolvimentos tecnológicos nos processos de trabalho, com a rapidez que é exigida, sem perdermos o rigor teórico e o referencial ético que deve controlá-lo? Como superar as limitadas capacidades de investimentos tecnológicos pessoais dos profissionais, tornando acessível os recursos tecnológicos básicos, a partir dos quais alguma tecnologia específica poderia ser desenvolvida? Como garantir uma responsável experimentação das novas tecnologias psico-informáticas e sua acessibilidade aos interessados? Estes são alguns dos temas em torno dos quais o CFP está debruçado neste momento. O tema deve ser retomado no próximo número, com surpresas.

Boas surpresas!

*"Zen e a Arte da Manutenção das Motocicletas, uma investigação sobre valores de Robert M. Pirsig, ed. Paz e Terra.

**Neo-ludismo é um movimento antitecnológico, inspirado no general inglês Ned Ludd, que se opunha no início do séc. XIX ao processo de industrialização pelo fato das máquinas substituírem os homens. O Unabomber fazia parte desse movimento.



Internautas

Muita informação na rede. E muita informação "psy" também. realmente não dá para ficar fora.

O Conselho Federal de Psicologia já tem e-mail: federal@brnet.com.br. Use para contatar esta coluna. mande-nos sugestões, dicas e toques. Em breve um super site de prestação de serviços aos psicólogos. Totalmente gratuito. Aguarde!

Que tal fazer um cyber-seminário sobre "Psicoanálise y Ciencia". De ótima qualidade. Ditado pelo psicanalista argentino Michel Sauval. Milner, Lacan, Prigogine, Bercherie são apenas algumas das referências tomadas por Sauval. Mensalmente recebe-se pelo e-mail. Já está um pouco adiantado, mas se correr as vezes ainda dá para acompanhar: <http://www.psyconet.com.seminarios/psicencia>

"Por uma sociedade sem manicômios!" O primeiro site sobre o movimento nacional da luta Antimanicomial. Tem informações históricas, sobre o 18 de maio, endereços de núcleos, organização etc. Responsabilidade do Núcleo de estudos pela Superação dos manicômios / [Ba <http://www.svn.com.br/smental>](http://www.svn.com.br/smental)

Página Psi. Informações sobre Psicanálise Psicologia. Um ótimo começo na rede. Tem informações sobre Listas de Discussão Psi., links para outros sites Psi, Dicas, mecanismos de busca etc. É uma home page pessoal da colega profª Elza Maria Barros da Rocha Pinto do Rio de Janeiro. Um exemplo de iniciativa psi brasileira, muito legal. Toda força Elza! <http://www.pub2.Incc.br:80/psypage/Netpsi>. Outro dos sites pioneiros da Psicologia na Rede. muitos textos, prevenção, relacionamentos etc. <http://www.cybernet.com.br/netweb/netpsi>

Esse todo mundo conhece. Mas para quem está se iniciando na navegação, o Universo Online da Folha de São Paulo, pode ser uma experiência bastante positiva. Além de muita informação atualizada, tem um dos mais animados Chats da Net brasileira. As salas de falar sobre sexo. Varias! Foucault certamente escreveria mais um volume de sua História da Sexualidade. [Http://www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

O Ministério da Saúde também já tem uma home page. Contém informações epidemiológicas, linhas de ação do ministério, links sobre saúde, eventos etc. <http://www.ms.gov.br>

Cidadania

Sem terra buscam cidadania

Cem mil pessoas mostram organização, conquistam a sociedade e reúnem as forças progressistas na tentativa de unificar as lutas sociais

Mesmo com o fim da escravidão, com a proclamação da República, a revolução de 1930, o golpe militar de 1964 e a Nova República, há 170 anos, o Brasil não modifica sua estrutura fundiária. A metade das terras brasileiras está nas mãos de pouco mais de um por cento da população. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conta com cerca de cem mil pessoas na busca por fazer com que o governo federal cumpra o seu papel de promover a tão prometida e esperada reforma agrária, inclusive como uma das formas de diminuir a taxa de desemprego e os problemas sociais das grandes cidades, inchadas pelo êxodo rural.

"O apoio do CFP dá mais força e coragem ao MST, pois demonstra que, cada vez mais, a intelectualidade e os formadores de opinião concordam com a nossa intenção de querer que o Brasil mude."

(Gilberto P. Oliveira, líder sem terra)

Depois de dois meses de caminhada, dois mil trabalhadores rurais sem terra percorreram mil quilômetros e chegaram a Brasília no último dia 17, onde foram recepcionados por cem mil pessoas. Eram representantes dos mais diversos segmentos sociais, inclusive do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A manifestação demonstra que a reivindicação é única: o fim dos desmandos do neoliberalismo.

As principais críticas ao governo federal são a falta de vontade para fazer a reforma agrária, a impunidade no campo e na cidade, a privatização de estatais, sobretudo a Vale do Rio Doce, o sucateamento do serviço público, com o completo abandono do Sistema Único de Saúde, a reforma administrativa, facilitando aos governantes a demissão dos funcionários de carreira e a admissão de seus

"cabos eleitorais", uma política econômica em favor de uma minoria, tendo como exemplo o dinheiro utilizado para salvar os bancos falidos (Nacional, Econômico, Bamerindus) e a falta de compromisso com a educação, através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

O envolvimento da categoria dos psicólogos e o apoio do CFP não se trata apenas de uma questão de solidariedade cidadã. Busca construir uma intervenção no sentido pontual do que é possível fazer, científica e tecnicamente, pela questão dos sem terra e de

todas as minorias, para as quais há questões cruciais a serem respondidas. Cabe aos psicólogos, por exemplo, pesquisar a identidade forjada no seio de um movimento tão amplo como o MST. A estrutura familiar, o desenvolvimento infantil, os laços sociais produzidos nessas comunidades, os desejos constituídos ou negados e muitas outras questões aguardam a contribuição científica da psicologia para o avanço da cidadania brasileira. O desafio está lançado.

Um dos líderes do MST, Gilberto P. Oliveira, afirma que, aos poucos, a população vem

percebendo que o movimento é legítimo e quer mostrar que o Brasil precisa mudar. Gilberto acrescenta que os grupos sociais organizados aproximam-se do MST por considerá-lo importante na construção da cidadania. Para ele, a participação do CFP na manifestação do dia 17 é prova disso. O líder sem terra conclui: "o apoio do Conselho Federal de Psicologia dá mais força e coragem ao MST, pois demonstra que, cada vez mais, a intelectualidade e os formadores de opinião concordam com a nossa intenção de querer que o Brasil mude".



Repecursão**O valor da vida**

A morte de um homem em Brasília, causada por uma "brincadeira" de 5 jovens, nos causou horror. Vários aspectos são responsáveis por este sentimento: a violência presente em uma brincadeira; o fato do homem ser índio; o ato ser cometido por jovens de 16 a 19 anos; a inconseqüência que caracterizou o ato e os jovens serem de classe média, estudantes, filhos de famílias que, com certeza, puderam prover esses filhos de tudo que necessitaram em seu desenvolvimento.

A Folha de São Paulo publicou, em 22/04, que o Sr. Fernando Henrique acredita que passamos dos limites e que precisamos pensar muito sobre nós próprios no Brasil (e pela primeira vez concordo com ele); no mesmo jornal, psicólogos e psiquiatras buscam compreender o caso apontando possível marca psicopática na ação e a perda de parâmetros de comportamento em nossos jovens.

Sem menosprezar nenhum destes aspectos e explicações, gostaríamos de enfatizar um outro: que sociedade é essa, que estamos construindo, que não é capaz de fomentar a valorização da vida, em seus jovens? Que referência estamos oferecendo a nossos jovens?

Nossa sociedade tem cotidianamente desprezado a vida. São policiais que mantem

numa demonstração estúpida de poder em Diadema, em Eldorado dos Carajás, em todo o Brasil, aplicando a violência como método de trabalho. São pessoas que morrem sem socorro nos corredores dos hospitais sucateados pela política de saúde, ou morrem nos hospitais exatamente porque buscaram e tiveram socorro, enquanto as medidas, para reestruturação do sistema de saúde, parecem nos levar cada vez mais longe de um serviço ideal. São crianças em estado de miséria que morrem todos os dias com soros contaminados, de doenças infantis e de fome e o desemprego continua crescendo.

Há uma marca de desvalorização da vida nas políticas privatizantes de saúde e de educação

É pelo menos um sem-teto, por mês, que é queimado enquanto dorme nas ruas de São Paulo (o Jornal Folha de São Paulo traz essa matéria na página 3.4). São trabalhadores do campo mortos porque querem a vida. Estes dados já são suficientes para mostrar que em nosso país não se tem dado muito valor à vida. Mas será que temos desprezado todas as vidas? Não. As desigualdades sociais marcantes e profundas em nosso país, somadas a políticas sociais que penalizam

grandes parcelas pobres da população e jogam, cotidianamente, na miséria, os trabalhadores do campo e da cidade, vão transmitindo aos nossos jovens a mensagem subliminar de que essas vidas valem muito pouco.

Nós, psicólogos, que dedicamos nosso trabalho à vida, temos nos preocupado muito com isso. Sem abandonar explicações no nível individual (traços perversos ou famílias desestruturadas), é preciso apontar essa marca da desvalorização da vida humana, presente nas políticas privatizantes de saúde e de educação, na omissão frente às questões agrárias, na indiferença frente aos índices crescentes de desemprego e na morosidade com que é tratada a questão indígena no Brasil. Quando o Governo adota políticas econômicas que permitem, ou mesmo supõem, a exclusão de uma parcela da população da condição de cidadãos (marca essencial das políticas neoliberais), está oferecendo as referências e parâmetros para as condutas. É só abrir o jornal para vermos as consequências desastrosas de políticas tão incendiárias e desumanas. Exclusão social tem sido o combustível utilizado.

O Sr. Presidente tem razão quando diz que a miséria não justifica. Não é a miséria em si que justifica e sim a mensagem de desvalorização da vida que está implícita nas condutas e nas políticas neoliberais, geradoras de miséria. Os jovens fizeram um ato que nos causa horror e este sentimento é forte principalmente porque pudemos avaliar, nesse episódio, que eles estão aprendendo muito bem a lição ensinada.

*Ana Mercês Bahia Bock/conselheira presidente do Conselho Federal de Psicologia, diretora de psicologia da PUC/SP

Em Pauta

Federal define planejamento estratégico

O CFP programa sua linha de atuação

Com transparência para impulsionar o processo de desenvolvimento da psicologia, o CFP programa suas ações até o final da gestão, em termos críticos, visando o aperfeiçoamento da profissão e da cidadania.

A diretoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou seu planejamento estratégico na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), no dia 19 de abril. Como

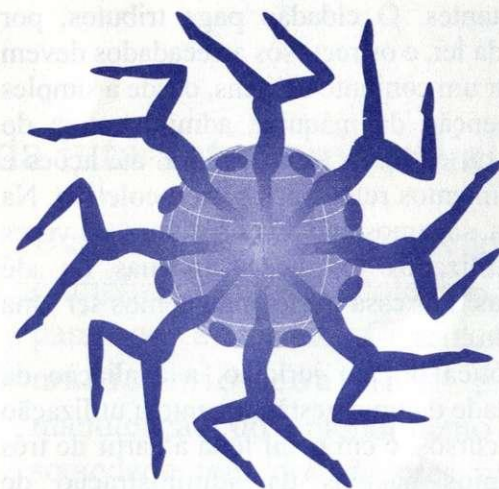
primeiro ponto, o CFP planeja uma política de interação com os movimentos sociais estratégicos para a psicologia, participando, por exemplo, do Conselho Nacional de Saúde, luta antimanicomial, Fórum Nacional da Criança e do Adolescente, movimento pela democratização da comunicação e outros movimentos da sociedade civil, analisando as questões psicológicas presentes.

O Conselho pretende estimular a criação de uma entidade nacional que debata a formação profissional,

programa de educação continuada para os psicólogos e organização do Fórum Nacional de Formação

Profissional. Outras

questões relevantes são o uso da informática no campo profissional, em que o CFP está fazendo pesado investimento, o reposicionamento do debate sobre Ética na profissão, a qualificação do instrumental técnico profissional e a resolução de pendências das interfaces com as outras profissões, como o problema do atestado psicológico, que deve ser discutido com o Conselho Federal de Medicina e o choque profissional com a Administração.



CFP faz auditoria no 05

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), o Conselho Federal de Psicologia segue o processo de auditagem das contas de todos os Conselhos Regionais. De um modo geral, os relatórios dos auditores indicam um certo avanço na qualidade administrativa dos Regionais, em relação ao ano de 1995. Houve pequenos problemas marcados pelo despreparo das equipes administrativas. Mas a situação do Conselho da Região 05 (RJ) continua merecendo grandes preocupações, pois apresenta sinais de graves irregularidades. O CFP mal concluiu os trabalhos da Comissão de Inquérito que investiga os problemas ocorridos nas gestões anteriores a 1996, instalou uma nova comissão de inquérito relativa a atual gestão do CRP 05, para apurar os responsáveis pelas irregularidades constatadas pelos auditores no exercício de 1996.

Economia & Balanço**A transparência é o pressuposto para uma administração ética**

A administração de recursos públicos constitui-se numa questão ética das mais importantes. O cidadão paga tributos, por força da lei, e os recursos arrecadados devem custear um conjunto de itens, desde a simples manutenção da máquina administrativa do órgão ou entidade arrecadadora, até ações e investimentos relevantes para o coletivo. Na prática, sabemos que esses recursos, às vezes são utilizados em ações inócuas ou até danosas. Por essa razão entendemos ser uma questão ética.

Pela ótica do ato jurídico, a avaliação da qualidade de uma gestão, quanto a utilização dos recursos, é em geral feita a partir de três princípios básicos da administração de recursos públicos: a finalidade, a moralidade e a legalidade (além da impessoalidade e da publicidade). Embora em estreita relação, esses princípios podem ser verificados separadamente. Uma entidade pode financiar ações ou produtos em benefícios dos gestores, ferindo o princípio da finalidade, estabelecidos por normas, configurando ilegalidade.

Embora fundamentais, esses princípios parecem insuficientes para nortear adequadamente a avaliação de uma gestão da coisa pública. Muitas entidades tem suas contas aprovadas por esse crivo, mas pouco estão realizando pelos contribuintes. Falta a atitude de absorver as demandas mais recentes, de acompanhar a dinâmica do processo social, de fazer projeção para o futuro, de articular-se com outros atores, de trabalhar pelo coletivo com o coletivo. Esse aspecto refere-se a um critério de avaliação política.

Os princípios jurídicos são importantes e fundamentais para garantir a lisura da gestão. Estabelecem controles contra desmandos através de normas como a de licitações, de suprimentos de fundos, de jetons, dentre outras. O critério político garante o salto qualitativo para o beneficiamento efetivo de quem financia. Os dois critérios freqüentemente convivem em harmonia, mas o jurídico às vezes, pela sua generalidade e rigidez, impõe obstáculos ao político.

Essa questão é muito própria aos Conselhos de Fiscalização Profissional, entidades de direito público (autarquias), mantidas financeiramente pela anuidade paga pelos profissionais inscritos, estabelecidas por lei e administradas por membros da categoria,

eleitos pelos seus pares. Sua finalidade original é a orientação, normatização e deve ser pautada nos princípios e normas que regem a administração pública e suas contas são apreciadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União. Servem como subsídio para as decisões do T.C.U., os relatórios das auditorias que são realizadas nos Conselhos Federais pela Secretaria do Controle Interno (CISSET) e nos Conselhos Regionais pelo próprio Conselho Federal.

No caso específico dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, devido as especificidades da profissão (crescimento significativo do número de psicólogos e de cursos, ampliação das áreas de atuação, interface com diversas outras profissões), a própria dinâmica social e as decisões políticas da categoria nos Congressos de Psicologia, os objetivos tem sido ampliados para uma atuação mais efetiva, tanto no que se refere às questões recentes da prática profissional quanto a uma maior participação nas questões sócio-políticas do país e da América Latina e também para a prática de uma gestão mais democrática. Essa perspectiva remete para ações pouco tradicionais nos Conselhos de Fiscalização, como a realização de Congressos para orientação política, eleições nacionais, publicação de nota de repúdio a atos de violência, apoio a grupos de movimentos sociais, dentre outros.

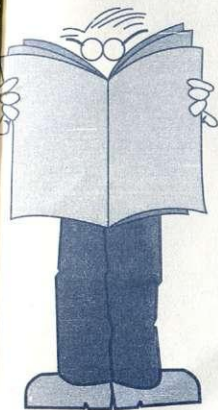
Essas ações podem ser questionadas por um auditor por entender que fogem à finalidade da entidade. Muitas delas, como a publicação de nota de repúdio, por requerer providências imediatas, encontra obstáculos na lei de licitações que exige o cumprimento de todo um

processo, incluindo publicação de Edital, prazo para recebimento de proposta de fornecedores, etc., quando o valor da despesa ultrapassa certo limite (atualmente R\$ 1.927,52). Podem, portanto, também ferir o princípio da legalidade. Outros exemplos, não específicos dos Conselhos, são motivos de grandes debates, como a contratação de certos serviços (sistemas informatizados, assessoria jurídica, etc.) que pelo processo de licitações freqüentemente resulta em má qualidade desses serviços, devido às especificidades de cada entidade.

Dentro deste contexto, os gestores, psicólogos conselheiros, se defrontaram com um sistema particular de conceitos e procedimentos para os quais não foram necessariamente preparados e que, por exigência da função, têm que aprender. Além disso, vivem o freqüente dilema de adequar as necessidades políticas às jurídicas. Desafio maior, entretanto, refere-se ao "gastar bem", ou seja, utilizar o menor recurso possível para o maior benefício a quem financia a entidade. Esse propósito deve nortear as ações de toda a gestão pública e deve estabelecer a diferença de postura ética/política entre diversos candidatos a essas gestões.



Publicações



Livros

STANDWAY, ANDREW - Guia geral das terapias Alternativas. Xenos Editora e produtora Cultural Ltda, Rio de Janeiro, 1993.

ED WEISS, MALOMAR LUND - Com Freud e a psicanálise de volta à hipnose. Lemos Editorial, São Paulo, 1994.

BAGGIO, MARCO AURÉLIO - Os concertos da Vida, Editorial, 1996.

KAHTUNI, H.C. - Psicoterapia Breve Psicanalítica - Compreensão e cuidados da alma humana. São Paulo: Editora Escuta, 1996.

FÉDIDA, PIERRE - O sítio de estrangeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1996.

OLIVEIRA, SONIA G.G DE, A construção da Identidade Infantil. São Paulo: Casa do Psicólogo.

THIERS, SOLANGE - Sócio-Psicomotricidade Raiman-Thiers: Uma leitura emocional, corporal e social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

Revistas

Revista da Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo - ABRAG, vol. 03, 1996.

Catálogos de Cursos - FIOCRUZ, 1997.

Psicologia-ação em revista - e a saúde como vai? - Fundação pedroso Horta, vol. 03, 1996.

Psicologia da Educação - PUC/SP, vol. 01, 1995.

Manual de Legislação do Cons. Federal de Medicina Veterinária

O CRCRS e a Legislação da profissão Contábil.

Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Comentários ao Estatuto da Advocacia.

Ementário do Conselho federal da OAB.

Revista da Ordem dos Advogados do Brasil.

Estatuto da Advocacia e da OAB.

Lei nº 3.857 - Ordem dos músicos do Brasil

Manual do Administrador.

CFM - Código de Ética Médica.

Código de Ética da profissão farmacêutica

Aléheia - Publicação do Inconsciente - centro de estudos freudianos

Psicologia em estudo - Universidade Estadual de Maringá, vol. I, 1996

Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa - Universidade Estadual de maringá, nº 2 e 6, 1994/1995

Psique - Revista do Departamento de Psicologia Geral e Aplicada da Fac.. Ciências Humanas e Letras - FAHL - Faculdades Integradas Newton Paiva, ano 6, nº 9, nov/96

Cadernos Comunidade Solidária - Segurança alimentar e nutricional no Brasil, vol. 02, nov. 1996, Brasília: IPEA, 1996.

Código de Ética profissional do Técnico em Radiologia

Legislação do Conselho federal dos Representantes Comerciais

Revista da Associação Brasileira de mantenedoras de Ensino Superior ano 15 - nº 18 - Brasília, fevereiro de 1997.

Revista ROTEIRO - Joaçaba, vol XVIII, nº 35, jan/jun. 1996 (Universidade do Oeste de Santa Catarina)

Temas em Psicologia - Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia - São Paulo, nº 2 - novembro/1996: Economia

BIOÉTICA - vol. 4, nº 2, 1996/suplemento

LOGOS - Revista de Divulgação científica da ULBRA - ano 08, nº 2 - novembro/1996: Economia

Mapeamento de Educação Matemática no Brasil - 1995 - Pesquisas, estudos, trabalhos Técnico-científicos por sub-área Temática

Psicologia Argumento - ano XIV - nº XVII - junho/96 e nº XIX - novembro/96

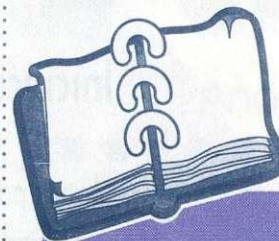
Revista Vita de Gestalt - terapia ano 1 - edição inaugural/ano2 - 1996, nº 2 e 3.

II encontro temático de psicólogos do mercosul

O Comitê Coordenador de Psicólogos do Mercosul, com a participação do Conselho Federal de Psicologia, do Brasil, promove o Segundo Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul, com o tema Práticas Psicológicas e Regionalização: Perguntas e Respostas. O evento vai acontecer na Universidade Católica de Assunção, Paraguai, de 21 a 23 de agosto deste ano. Para este encontro, há proposta de estruturar os trabalhos através dos três tópicos já utilizados no primeiro encontro: sindical, científico e político.

Os trabalhos de profissionais e estudantes de Psicologia devem ser escritos em português ou espanhol, com duas cópias, até o dia 28 de julho, para o seguinte endereço: Calle Mexico N.1591 c/ 4ta. Proyectada. Assunción, Paraguay. Informações pelo telefax (595-21) 70743.

Agenda



Congressos

1º Semestre de 1997

UBQ - União Brasileira para a Qualidade - 51º Congresso Americano da Qualidade **05 a 07 de maio Orlando - Flórida - EUA**

II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down **04 a 07 de junho Brasília /DF**

IX Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo **12 a 15 de junho Hotel Laje da Pedra R\$ 140,00**

Forum de Alternativas **-de 27 a 29/06/97**

3º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde **17 a 20 de junho Expo Center Norte São Paulo**

9º Congresso Argentino de Psicologia **20 a 22 de junho São Miguel Tucuman - Argentina**

II Congresso de Secretários Municipais de Saúde das Américas (CONASEMS) **02 a 06 de julho Havana - Cuba**

XXVI Congresso interamericano de Psicologia **(011) 979 7814- 06 a 11 de julho São Paulo**

I Congresso Sociedade Brasileira de RORSCHACH e outros métodos projetivos **13 a 16 de julho/97 Campus da USP - Ribeirão Preto/SP**

IV Congresso brasileiro de Psicoterapia Jungiana "Jung a grande convergência" **13 e 14 de setembro Águas de Lindóia/SP R\$ 220,00**

Fóruns e encontros

Novas Construções em Terapia Familiar **03 a 06 de julho - (019) 2319955 Brasília /DF**

I Fórum de Psicossomática - Conceção, Etiologia e Ação **26 a 28 de novembro Universidade Gama Filho/RJ**



Linguagens

Iniciação

Abro a porta. Uma mulher armada
apontando para mim. penso que não tenho medo de mulher, e essa parece comigo.
Ela diz é domingo.

Dia bom pra atirar em alguém
e me acerta uma, duas, três vezes
na cabeça.

Sinto as balas entrando em meus ossos
sinto um tremor partindo do cérebro cada vez que uma bala
fura um osso

e se aloja lá.

Agora sei que tenho pouco tempo
sei que um movimento brusco pode me matar se uma bala
sair do seu nicho

e estourar meus miolos.

Ando bem devagar
calculando cada passo,
pânico nenhum;
posso enxergar por todos os buracos vejo mais do que suporto
nenhuma necessidade de entender.

Ainda boto fé em alguma cura
quem sabe uma cirurgia em um desses caras que opera com o poder da mente.

Maria Rita Kehl

*Do livro processos primários
Ed. Estação liberdade São Paulo 1996*

Psicanalista, há quinze anos, escritora. Este ano publicou o livro "A Mínima Diferença O Masculino e o Feminino na Cultura" Editora Imago. Este poema foi escrito após um sonho mas a autora recusa-se a interpretá-lo.



Aos psicólogos poetas artistas, fotógrafos, e delirantes:
mandem o seu ensaio estético para Linguagens.